

ENTREVISTA COM CHRISTIAN LAVAL: NOVO NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO E OS NOVOS CAMINHOS DO SINDICALISMO

Organizadores da
Entrevista: Victoria
Basualdo, Rodrigo
Carelli, Elisa Sanvicente
e Sayonara Grillo Silva.

Entrevistadora: Elisa
Sanvicente

Tradução: Rodrigo
Carelli

Local e data: Paris/
Rio de Janeiro, março
de 2019

Christian Laval
professor de sociologia na
Universidade Paris Ouest
Nanterre La Défense. É
doutor em sociologia e
membro do GÉODE (Groupe
d'étude et d'observation
da démocratie, Paris
X Nanterre/CNRS), do

RESUMO

Christian Laval é um pesquisador francês da história da filosofia e da sociologia na Universidade Paris Nanterre, autor de diversos livros dentre eles “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (Boitempo, 2016). Nesta entrevista abordamos o tema no neoliberalismo nas suas perspectivas teórica e prática, a partir das visões do pesquisador sobre o cenário latino-americano e dos novos movimentos sociais. O entrevistado apresenta a noção de novo Neoliberalismo e sua faceta autoritária e faz crítica à esquerda em relação à falta de alternativas ao modelo neoliberal, apresentando ao final pistas sobre as novas alternativas para a atuação e organização sindical.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Empreendedorismo. Movimentos Sociais. Organização Social. Sindicatos.

Elisa Sanvicente (ES): O senhor poderia nos detalhar a noção de caráter normativo do neoliberalismo?

Christian Laval (CS): O neoliberalismo vai muito além da esfera exclusiva da economia stricto sensu. E isso é o que nem sempre é com-

Groupe d'études sur le néolibéralisme et les alternatives e do Centro Bentham. É pesquisador e vice-presidente do Institut de recherches da Fédération syndicale unitaire.

Entre suas obras, destacam-se: *A nova razão do mundo. Do neoliberalismo ao comum*, Editora Boitempo. 2016; *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Editora Boitempo. 2016; *Ce cauchemar qui n'en finit pas, Comment le néolibéralisme défait la démocratie*, La Découverte, 2016, todos em co-autoria com Pierre Dardot.

preendido. Temos frequentemente uma leitura do fenômeno neoliberal que é demasiado estritamente econômica. O neoliberalismo na realidade refere-se a um conjunto de práticas e discursos que caracterizam as políticas governamentais em escala global, não apenas as políticas econômicas. Essas políticas são caracterizadas pela extensão da lógica de concorrência a todas as relações econômicas e, além disso, a todas as atividades sociais e culturais, por um modelo de empreendedorismo imposto a todas as formas de atividade e instituições, particularmente às instituições públicas, e finalmente pela transformação das relações humanas e das subjetividades com base no modelo do “capital humano”.

O neoliberalismo tem uma longa história e reúne diferentes correntes, ele tem até formas políticas diferentes. Podemos tratá-lo sob um ângulo doutrinário, por exemplo, mas também podemos abordá-lo como fizemos com Pierre Dardot, e seguindo Foucault, como uma forma de governo dos comportamentos. E se olharmos para ele a partir deste ângulo, podemos ver o neoliberalismo como uma lógica normativa que coloca os indivíduos em relações competitivas e em situações que os convidam a adotar comportamentos de acumulação de capital humano. Isso não passa necessariamente pela difusão de certa moralidade ou pela persuasão política, mas sim pelo estabelecimento de um quadro de ação que obriga os indivíduos a entrar em relações competitivas e acumulativas. Podemos ver isso hoje, em todo o mundo, no campo da educação, da saúde ou da habitação. E com essas condutas, mudanças subjetivas são acionadas.

ES: Como explicar a ideia do indivíduo neoliberal (enquanto sujeito) e a ideia de “empreendedor de si mesmo”?

CL: O capitalismo não é apenas um modo de produção de mercadorias, é um processo de subjetivação tanto quanto um processo de produção. Isto é o que a Sra. Thatcher certa vez formulou: “a economia é o método, o objetivo é mudar a alma e o coração”. O sujeito neoliberal é, de certa forma, produzido por dispositivos específicos da racionalidade neoliberal da concorrência generalizada, o que nos obriga a compreender como teve que passar por um certo número de técnicas para funcionar. Este sujeito neoliberal não é “alienado”, “tornado estrangeiro de si mesmo”, o que implicaria a existência de

O momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa. O modelo humano do neoliberalismo é a empresa.

um sujeito não alienado, ele é levado a participar na sua própria constituição, na sua própria construção. Os dispositivos neoliberais na empresa levam o sujeito a se envolver plenamente na competição, na busca pelo desempenho. Isto é o que chamamos de *subjektivização neoliberal*.

O momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da *figura da empresa*. O modelo humano do neoliberalismo é a empresa. A partir de então, um conjunto de técnicas que se difundiram pela sociedade e estão no centro da reforma institucional contribui para a criação de um novo sujeito, a que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial” ou “sujeito neoliberal”. Esse sujeito deve se considerar e mesmo se constituir como uma empresa de si mesmo. A linguagem registra muito bem esta transformação: o que se chama “a autonomia”, que a educação deve promover, tornou-se simples “gestão de si mesmo”, e o indivíduo é reduzido a “capital humano”. Estamos, portanto, perante *uma interpretação gerencial do ser humano*.

Como podemos garantir praticamente que o sujeito se conforme ao modelo da empresa, para que ele ou ela se comporte como uma empresa? O mito do empreendedor, a propaganda para desenvolver uma mentalidade empreendedora, tudo isso é importante, mas não suficiente. A escola, por exemplo, é obrigada a desenvolver a “cultura corporativa” do jardim de infância à universidade, como eu mostrei em “*L'école n'est pas une entreprise*” (“A Escola não é uma empresa”), livro que será proximamente publicado pela Editora Boitempo). Esta gestão de si mesmo, como se o “eu” fosse um negócio a ser gerido ou um capital a ser valorizado é, de fato, impulsionada pelo princípio da concorrência. No campo do trabalho, podemos ver claramente que se trata de uma questão de gestão de si mesmo por meio do stress, de um gerenciamento de si pela pressão da concorrência.

ES: Como o senhor vê o incentivo ao auto-empreendedorismo, inclusive em seu formato “micro”, explorado por plataformas? Na sua opinião, isto (talvez pudéssemos chamá-lo de “o homem empreendedor”) seria a forma ideal de relação de trabalho para a razão neoliberal?

CL: Esse sujeito neoliberal não vem de graça, ele deve ser constantemente remodelado por todo um conjunto de técnicas e dispositivos de concorrência e desempenho e, por que não, técnicas comportamentais, por pílulas de desempenho capazes de agir sobre a química cerebral! Para alcançar a realização desse indivíduo neoliberal, é necessário um conjunto de arranjos sociais, econômicos e institucionais. Cada trabalhador deve desenvolver um comportamento orientado para aumentar o seu próprio desempenho, deve estar completamente envolvido no seu trabalho, responsável pelos seus resultados individuais, motivado por sistemas de incentivos; numa palavra, deve mostrar uma disposição interior que não é o resultado de obediência passiva e inteiramente exterior às regras, mas o resultado de um verdadeiro trabalho sobre si próprio. Trata-se de trabalhar a todo momento em seu próprio desenvolvimento para melhorar seu desempenho em um ambiente competitivo, que obriga a uma luta constante para sobreviver.

E isso, parece-me, é onde as plataformas desempenham um papel considerável nesta verdadeira fabricação do novo homem empreendedor, de acordo com a expressão muito precisa que vocês usam. Uber, Airbnb, e muitos outros, nos introduzem em um mundo de auto-empreendedores isolados que só se relacionam entre si por terem o mesmo laime digital com a plataforma, e que são constantemente submetidos de forma infantilizante e opressiva a avaliação generalizada. Na França, a principal organização patronal, MEDEF, propõe atribuir a todos os jovens franceses com mais de 16 anos um número SIRET, ou seja, um código de empresa. Isto seria realmente a invenção de um novo estatuto do ser humano como auto-empreendedor: mesmo antes de ser plenamente cidadão (o direito de voto é fixado em 18 anos de idade), o jovem seria identificado com uma empresa, teria uma identidade de empresa. Estamos muito perto da “empresa de si mesmo”!

ES: Nesse sentido, qual é o resultado desta forma de relação de trabalho para a consolidação do modelo econômico neoliberal como alternativa “única”?

CL: A transformação de cidadãos e empregados em auto-empreendedores, no plano subjetivo, é a grande novidade, o horizonte do

O processo de subjetivação neoliberal é um processo de valorização de uma empresa de si mesmo, ou em outro vocabulário mais econômico, de um “capital humano” individual. Esse processo de valorização é apoiado ou criado pelos diferentes métodos de avaliação financeira das próprias sociedades.

neoliberalismo. Em certo sentido, a perspectiva de Marcuse de um “homem unidimensional” é realizada com neoliberalismo. Obviamente, a relação de emprego não está desaparecendo, mas a mudança é significativa e já está levando a novas formas de contratualização e de precarização. Cada trabalhador é considerado como um produtor de valor que pode ser perfeitamente avaliado em uma sorte de mercado interno da empresa que o emprega. Seu valor próprio depende do valor individual que produz e pode ser medido pelos sistemas de avaliação quantitativa.

O processo de subjetivação neoliberal é um processo de valorização de uma empresa de si mesmo, ou em outro vocabulário mais econômico, de um “capital humano” individual. Esse processo de valorização é apoiado ou criado pelos diferentes métodos de avaliação financeira das próprias sociedades. O fenômeno novo é, portanto, o desenvolvimento, à escala de toda a sociedade, de uma *subjetividade de ilimitação* ou, como dizemos no livro “A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal”¹, de *ultra-subjetivação*. Trata-se de forçar o empregado a ir *além de si mesmo*, a se *superar* constantemente. Esta ultra-subjetivação é a norma prática de exceder indefinidamente o valor que se é, de si mesmo como valor. A ultra-subjetivação é a auto-valorização de si mesmo como norma geral da existência. Já não é, ou já não é apenas, uma sujeição a uma lei externa imposta pelo capital a que se submeteu o trabalho como no capitalismo “clássico”, pois é o próprio sujeito que se torna capital, que se impõe a si próprio uma relação capital-trabalho, que mantém consigo próprio uma relação de exploração. O auto-empreendedorismo generalizado é um modo muito eficaz de aumentar a exploração pelo capital, uma vez que o sujeito mantém consigo uma relação de autovalorização que é também uma relação de exploração, uma relação sempre crescente de extração pelo capital real, que retira o que lhe é devido. Esta lógica é ao mesmo tempo sutil e perfeitamente perversa!

ES: Na América Latina, mas não só, estamos atualmente atravessando um giro autoritário que encoraja restrições drásticas nos domí-

¹ DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

E uma vez que a esquerda não desafiou o neoliberalismo, mas fez com ele um pacto ou até o confortou e o reforçou, uma grande parte da população procurou no nacionalismo, na xenofobia e no autoritarismo uma espécie de solução milagrosa.

nios do direito do trabalho, social e civil (embora temos consciência do paradoxo de que alguns destes governos autoritários foram legitimamente eleitos). Qual é a sua análise deste novo contexto?

CL: O neoliberalismo introduziu uma ruptura histórica a nível global e não apenas na América Latina, mesmo que cada região tenha suas próprias características. De uma forma muito geral, pôs fim à coexistência do capitalismo e da democracia liberal, que tinham encontrado um compromisso na forma parlamentar do sistema político e naquilo a que na Europa se chamou o “Estado Social”. Esta dualidade entre o cidadão e o homem de interesse privado, que Marx enfatizou para criticá-lo, não era apenas a máscara da dominação burguesa. A independência muito relativa que existia entre as esferas política e econômica conferiu à cidadania certa eficácia, que resultou numa extensão dos direitos civis, políticos e sociais. A América Latina, e em particular o Brasil, experimentaram uma espécie de primavera de democracia liberal no final dos anos 1980 e nas duas décadas seguintes, ainda que por vezes nuvens muito escuras escondiam o sol... As conquistas democráticas e liberais, mesmo parciais e frágeis, estão hoje ameaçadas, é óbvio, pelo novo rumo do mundo, e isso é evidente nos Estados Unidos, que assumiram, com Trump no poder, a liderança desta nova forma política antidemocrática. Esta convivência muito precária entre capitalismo e democracia era mantida, na realidade, devido a um alto nível de conflitualidade social e, portanto, a uma sólida organização da classe trabalhadora e dos trabalhadores em geral. Esta coexistência tornou-se gradualmente impossível à medida que os compromissos sociais e os direitos dos trabalhadores foram sendo postos em questão. Com o enfraquecimento do trabalho organizado (que obviamente tem múltiplas causas, mas entre elas a globalização financeira e a gestão neoliberal desempenharam papéis muito importantes), tem havido uma fragmentação social geral, fenômenos de “desfiliação” e de desesperança. E uma vez que a esquerda não desafiou o neoliberalismo, mas fez com ele um pacto ou até o confortou e o reforçou, uma grande parte da população procurou no nacionalismo, na xenofobia e no autoritarismo uma espécie de solução milagrosa. Deve-se dizer claramente: uma grande parte da esquerda global é responsável pelo que está acontecendo em todo o mundo. A extrema-direita soube se beneficiar dos efeitos mais ou menos rápidos da crise de 2008 na

Europa, nos Estados Unidos e agora no Brasil. Mas essas vitórias da extrema direita, e isso ficou claro com Trump, não põem em questão o neoliberalismo, mas o radicalizam em uma nova forma que mistura um Estado antidemocrático forte com a maior liberdade deixada ao capital, especialmente ao capital financeiro. Não é fascismo histórico tal como o conhecemos na Europa no início do século XX, é uma forma histórica inédita, a que com Pierre Dardot chamamos de “novo neoliberalismo”, para indicar que estamos entrando em uma nova fase deste considerável fenômeno histórico que é precisamente o neoliberalismo em praticamente todas as sociedades desde há pelo menos meio século.

ES: Os mais recentes movimentos sociais (Brasil, 2013 e França, 2018/2019) que não provêm de organizações sindicais (nem do conjunto dos trabalhadores assalariados) são um sinal do enfraquecimento da razão neoliberal na sociedade ou, pelo contrário, da sua plena implementação?

CL: Ao contrário de uma ideia frequentemente difundida, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia que os “fatos” poderiam desmentir, mas constitui um verdadeiro sistema de poder oligárquico capaz de resistir a disputas e a crises, particularmente usando-as para se fortalecer. Esta é a lição que se pode tirar de todas as crises que marcaram a história desde os anos 80. Mas o que é novo é a forma como os “novos homens”, que são de fato homens velhos, mas muito rapidamente renovados graças a processos de branding, conseguem recuperar a energia crítica coletiva das massas para seu benefício.

Há aqui toda uma arte do movimento que, do lado neoliberal, pretende usar as crises, apoiar-se nelas, para ir cada vez mais longe. Já vimos muitas vezes como os governos usam cinicamente as crises econômicas e sociais em seu benefício. Isso é o que chamamos no livro “Le Cauchemar qui n'en finit pas” (“O Pesadelo que nunca termina”) de “governança por meio das crises”. O que deveria e poderia ter enfraquecido a racionalidade neoliberal foi, ao contrário, um meio de fortalecê-la, enquanto que, por outro lado, a força crítica que se expressava no altermundo, e depois no movimento global das “praças públicas”, não foi suficientemente poderosa e

Para responder à sua pergunta, podemos dizer que o neoliberalismo é acusado por seus efeitos em toda parte, mas que em quase todo lugar também ele consegue se prolongar e até mesmo se radicalizar por falta de outra saída política além da oferecida pelos demagogos de extrema-direita, que inventaram um novo neoliberalismo híbrido, abertamente antidemocrático. A radicalização neoliberal e a via antidemocrática se alinham.

radical para derrubar o neoliberalismo. Hoje, estamos pagando um preço muito elevado por esta fraqueza da oposição. Deve-se também salientar que a esquerda global está comprometida e desacreditada entre as vítimas do neoliberalismo. Hoje, a recuperação neoliberal é mais difícil, mas existe precisamente na forma do projeto de extrema-direita que consiste em desviar a ira social, o ressentimento e a frustração contra os inimigos internos cuja lista é a priori infinita (esquerda, mídia, pobres, negros, mulheres, homossexuais, etc.), enquanto conduz à acelerada transformação neoliberal da sociedade, que só poderá acentuar a crise social, as desigualdades e o enfraquecimento dos laços sociais.

Tomemos por um momento o exemplo dos coletes amarelos (“gilets jaunes”) na França. A revolta dos coletes amarelos abalou o poder como nenhum movimento social desde 2003, como nenhuma mobilização sindical foi capaz de fazer por muito tempo, exceto talvez o movimento dos jovens de 2006 sobre o contrato de primeiro emprego (“Contrat première embauche – CPE”). Mas essa revolta popular pode ir em diferentes direções, mesmo que seu conteúdo seja realmente progressista: os coletes amarelos exigem justiça social e climática. É, portanto, uma grande revolta contra as consequências do neoliberalismo nesses dois níveis. No entanto, a esquerda política está tão desacreditada, e o sistema de democracia representativa tão desmoronado por dentro pela sua impotência face à lógica destrutiva do capitalismo financeiro, que a raiva social não beneficia eleitoralmente a esquerda, mas parece beneficiar a extrema-direita. Isto é aliás o que Macron e seu governo buscam, pois lhe dá a oportunidade de ser reeleito, apresentando-se como o último bastião contra o “fascismo crescente”.

Para responder à sua pergunta, podemos dizer que o neoliberalismo é acusado por seus efeitos em toda parte, mas que em quase todo lugar também ele consegue se prolongar e até mesmo se radicalizar por falta de outra saída política além da oferecida pelos demagogos de extrema-direita, que inventaram um novo neoliberalismo híbrido, abertamente antidemocrático. A radicalização neoliberal e a via antidemocrática se alinham. Para impor reformas antipopulares, deve-se ter como esmagar o protesto social e a oposição política! De sorte que a fração das massas que contribuiu para eleger este tipo

A força do capital reside na sua mobilidade transnacional. A força do trabalho, sobre a unidade global dos trabalhadores. Se quisermos reequilibrar o equilíbrio de poderes entre capital e trabalho, e se quisermos evitar o desenvolvimento do chauvinismo nacionalista, temos que inovar rapidamente neste domínio.

de governo realmente votou em seu pior inimigo. Mas se esta fração votou por seu pior inimigo, é também porque esta fração está atomizada, dispersa e submetida a uma anomia por causa da excessiva fraqueza das organizações sindicais e sociais.

ES: Quais estratégias ou alternativas o senhor acha que seriam interessantes para examinar essas mudanças e fortalecer a posição dos trabalhadores e das organizações sindicais?

CL: A questão é vasta, pois a crise das organizações sindicais é bastante profunda devido à mudança no próprio capitalismo e nos seus modos de organização produtiva. É difícil falar abstratamente. De minha parte, milito na maior federação sindical de professores em França, a “Fédération syndicale unitaire” (FSU). Participei em seu seio da criação de um instituto de pesquisa sindical e, durante mais de vinte anos, analisei as mudanças no trabalho docente e na organização escolar e universitária, a fim de dotar os sindicalistas de ferramentas intelectuais para a compreensão do neoliberalismo nas escolas e universidades. Portanto, há necessidade de análise e renovação conceitual, porque o trabalho mudou, assim como os indivíduos. Este trabalho em profundidade é difícil porque os dogmas, os velhos slogans e as rotinas são uma dimensão das organizações sindicais, especialmente quando se sentem ameaçadas e enfraquecidas, um pouco, se me permitem a metáfora, como velhos enfraquecidos que têm medo de tudo e sobretudo da mudança. Apesar de sua resistência, eu me interessei com outros membros do FSU pela transformação do sindicalismo. Em primeiro lugar, como prioridade, seria necessário desenvolver um verdadeiro sindicalismo transnacional, na esteira do altermundo-lismo. Qualquer fechamento no espaço nacional é suicida. A força do capital reside na sua mobilidade transnacional. A força do trabalho, sobre a unidade global dos trabalhadores. Se quisermos reequilibrar o equilíbrio de poderes entre capital e trabalho, e se quisermos evitar o desenvolvimento do chauvinismo nacionalista, temos que inovar rapidamente neste domínio.

Além disso, desenvolvo atualmente o conceito de “sindicalismo integral”, retomando por minha conta um termo usado no final do século XIX pelos socialistas franceses (que falavam de “socialismo integral”). Para dizer-lo rapidamente, é uma estratégia que consiste

em sistematizar as alianças com todos os movimentos de transformação social, particularmente feministas, movimentos de apoio aos migrantes, ecologistas, altermundialistas, etc., integrando no corpo sindical todas as dimensões dessa transformação social, não de forma externa e artificial, mas desde o interior, porque essas dimensões, que chamamos sociais, econômicas, ecológicas ou culturais, são realmente parte do trabalho, são elementos ou dimensões da relação social. O objetivo do sindicato, importa recordá-lo, deve ser duplo: trata-se, de fato, de permitir que os trabalhadores se organizem aqui e agora para resistir à influência do capital, mas trata-se também, por meio desta auto-organização sindical, e desde o início, e dentro desta própria auto-organização coletiva, de visar à completa emancipação dos trabalhadores por meio do desenvolvimento de relações coletivas igualitárias e não hierárquicas (o que implica uma mudança de práticas e uma luta impiedosa contra a burocratização sindical). Em suma, trata-se de dar todo o seu sentido humano e todo o seu alcance civilizacional a essa auto-organização sindical, e isto em uma época em que o adversário encoraja a auto-valorização de si como capital.

ANEXO

Versão em francês – original

ES: Pourriez-vous détailler la notion du caractère normatif du néolibéralisme ?

CL: Le néolibéralisme déborde de loin la seule sphère de l'économie stricto sensu. Et c'est ce qui n'est pas toujours compris. On en a souvent une lecture du phénomène néolibéral trop étroitement économique. Le néolibéralisme en réalité désigne un ensemble de pratiques et de discours qui caractérisent les politiques gouvernementales à l'échelle mondiale, pas seulement les politiques économiques. Ces politiques se caractérisent par l'extension de la logique de la concurrence à l'ensemble des relations économiques et, au-delà, à l'ensemble des activités sociales et culturelles, par un modèle entrepreneurial imposé à toutes les formes d'activité et à toutes les institutions, notamment aux institutions publiques, et enfin à la

transformation des relations interhumaines et des subjectivités sur le modèle du « capital humain » .

Le néolibéralisme a une longue histoire, et il regroupe des courants différents, il a même des formes politiques différentes. On peut le traiter sous un angle doctrinal par exemple, mais on peut aussi comme nous l'avons fait avec Pierre Dardot, et à la suite de Foucault, l'aborder comme mode de gouvernement des conduites. Et si l'on prend les choses par ce côté, on peut voir le néolibéralisme comme une logique normative qui installe les individus dans des rapports de concurrence et des situations qui les invitent à des comportements d'accumulation du capital humain. Cela ne passe pas nécessairement par la diffusion d'une morale ou la persuasion politique, mais par l'installation d'un cadre d'action qui oblige les individus à entrer dans des rapports concurrentiels et accumulateurs. On le voit bien aujourd'hui, partout dans le monde, dans le domaine de l'éducation, de la santé ou du logement. Et avec ces conduites, s'enclenchent des modifications subjectives.

ES: Comment expliquer l'idée d'individu néolibéral (en tant que sujet) et l'idée d'entreprise de soi ?

CL: Le capitalisme n'est pas seulement un mode de production de marchandises, c'est un procès de subjectivation autant qu'un procès de production. C'est ce que M.Thatcher a formulé un jour : « l'économie est la méthode, l'objectif est de changer l'âme et le cœur ». Le sujet néolibéral est en quelque sorte produit par des dispositifs propres à la rationalité néolibérale de la concurrence généralisée, ce qui impose de saisir comment celle-ci devait passer par un certain nombre de techniques pour fonctionner. Ce sujet néolibéral n'est pas « aliéné », « rendu étranger à lui-même », ce qui serait supposer qu'il y a un sujet non aliéné, il est conduit à participer à sa propre constitution, à sa propre construction. Les dispositifs néolibéraux dans l'entreprise amènent le sujet à s'impliquer entièrement dans la compétition, dans la recherche de la performance. C'est ce que nous appelons la *subjectivation néolibérale*.

Le moment néolibéral se caractérise par une homogénéisation du discours de l'homme autour de la *figure de l'entreprise*. Le modèle

humain du néolibéralisme est l'entreprise. Désormais un ensemble de techniques qui se sont répandues dans la société et sont au principe de la réforme des institutions contribuent à fabriquer un nouveau sujet, que nous appellerons indifféremment « sujet entrepreneurial » ou « sujet néolibéral ». Ce sujet doit se considérer et même se constituer comme entreprise de soi. La langue enregistre très bien cette transformation: ce qu'on appelle “l'autonomie”, que l'éducation doit promouvoir, est devenue simple « gestion de soi-même », et l'individu est réduit à un « capital humain ». On a donc affaire donc à une *interprétation managériale de l'humain*.

Comment faire pratiquement pour que le sujet se conforme au modèle de l'entreprise, pour qu'il se conduise comme une entreprise lui-même ? Le mythe de l'entrepreneur, la propagande pour développer une mentalité d'entrepreneur, tout cela est important mais pas suffisant. L'école par exemple est requise de développer la « culture d'entreprise » de la maternelle à l'université, comme je l'ai montré dans *L'école n'est pas une entreprise* (le livre va être republié prochainement par Boitempo). Cette gestion de soi-même, comme si le “soi-même” était une entreprise à gérer ou un capital à valoriser, est en réalité commandée par le principe de la concurrence. Dans le domaine du travail, on voit clairement qu'il s'agit d'une gestion de soi-même par le stress, d'un management de soi par la pression de la concurrence.

ES: Comment vous voyez l'encouragement à l'auto-entrepreneuriat y compris dans son format « micro », d'exploitation par des plateformes ? D'après-vous cela (qu'on pourrait peut-être appeler « l'homme entrepreneurial ») serait la forme de relation de travail idéal pour la raison néolibérale ?

CL: Ce sujet néolibéral n'est pas donné, il faut le refaçonner sans cesse par tout un ensemble de techniques et de dispositifs de concurrence et de performance et, pourquoi pas, en plus des techniques comportementales, par des pilules de performance capables d'agir sur la chimie du cerveau ! Pour atteindre la réalisation de cet individu néolibéral, un ensemble de dispositifs sociaux, économiques et institutionnels sont nécessaires. Tout salarié doit développer une conduite orientée vers l'augmentation de ses propres performances,

il doit être complètement impliqué dans son travail, responsable de ses résultats individuels, motivé par des systèmes d'incitation ; en un mot il doit faire preuve d'une disposition intérieure qui est le fruit non pas d'une obéissance passive et toute extérieure à des règles mais le résultat d'un véritable travail sur lui-même. Il s'agit de travailler à tout instant à son propre perfectionnement pour améliorer sa performance dans un espace de compétition, qui oblige à une lutte permanente pour survivre. Et c'est là, me semble-t-il que les plateformes jouent un rôle considérable dans cette véritable fabrication du nouvel homme entrepreneurial, selon l'expression très juste que vous utilisez. Uber, Airbnb, et beaucoup d'autres, nous introduisent dans un monde d'auto-entrepreneurs isolés qui n'ont de rapport entre eux que par le fait d'avoir le même lien numérique à la plateforme, et qui sont sans cesse soumis de façon infantilisante et oppressive à l'évaluation généralisée. En France, la principale organisation patronale, le MEDEF, propose d'attribuer à tous les jeunes Français de plus de 16 ans, un numéro SIRET, c'est-à-dire un code d'entreprise. Ce serait vraiment l'invention d'un nouveau statut de l'humain comme auto-entrepreneur: avant même d'être pleinement citoyen (le droit de vote est fixé à 18 ans), le jeune serait identifié à une entreprise, il aurait une identité d'entreprise. On est bien proche de "l'entreprise de soi" !

ES: Dans ce sens, quel est le résultat de cette forme-là de relation de travail pour la consolidation du modèle économique néolibéral comme alternative « unique » ?

CL: La transformation des citoyens et des salariés en auto-entrepreneurs, sur le plan subjectif, voilà la grande nouveauté, voilà l'horizon du néolibéralisme. En un certain sens, la prospective de Marcuse d'un "homme unidimensionnel" se réalise avec le néolibéralisme. Evidemment, le rapport salarial ne disparaît pas mais le changement est notable et conduit d'ores et déjà à des formes nouvelles de contractualisation et de précarisation. Chaque travailleur est considéré comme producteur de valeur parfaitement évaluable sur une sorte de marché interne de l'entreprise qui l'emploie. Sa valeur propre dépend de la valeur individuelle qu'il produit et que l'on peut mesurer par les systèmes d'évaluation quantitative.

Le procès de subjectivation néolibérale est un procès de valorisation d'une entreprise de soi, ou dans un autre vocabulaire plus économique, d'un « capital humain » individuel. Ce procès de valorisation est supporté ou créé par les différents modes d'évaluation financière des entreprises elles-mêmes. Le phénomène nouveau est donc le développement à l'échelle de la société entière d'une *subjectivité de l'illimitation* ou, comme nous disons dans *la Nouvelle raison du monde*, de *d'ultrasubjectivation*. Il s'agit d'obliger le salarié à aller *au-delà de soi*, à *se dépasser* constamment. Cette ultrasubjectivation c'est la norme pratique du dépassement indéfini de la valeur que l'on est, de *soi comme valeur*. L'ultrasubjectivation, c'est l'autovvalorisation de soi comme norme générale de l'existence. Ce n'est plus tout à fait, ou plus seulement, un assujettissement à une loi extérieure imposée par un capital qui s'est soumis le travail comme dans le capitalisme "classique" puisque c'est le sujet lui-même qui devient capital, qui s'impose à lui-même un rapport capital-travail, qui entretient avec lui-même un rapport d'exploitation. L'auto-entreprise généralisée c'est un moyen très efficace d'augmenter l'exploitation par le capital puisque le sujet entretient avec soi un rapport d'auto-valorisation qui est aussi un rapport d'exploitation, un rapport du toujours plus extrait par le véritable capital qui préleve son dû. Cette logique est à la fois subtile et parfaitement perverse!

ES: En Amérique Latine mais pas seulement nous traversons actuellement un tournant autoritaire qui encourage des restrictions draconiennes dans les domaines du droit du travail, social et civil (même en ayant conscience du paradoxe qui consiste à constater qu'un certain nombre de ces gouvernements autoritaires ont été légitimement élus). Quelle est votre analyse de ce nouveau contexte ?

CL: Le néolibéralisme a introduit une coupure historique au niveau mondial et pas seulement en Amérique latine, même si chaque région a ses caractéristiques propres. De manière très générale, il a mis fin à la coexistence du capitalisme et de la démocratie libérale qui avaient trouvé un compromis dans la forme parlementaire du système politique et dans ce qu'on a appelé en Europe « l'État social ». Cette dualité entre le citoyen et l'homme de l'in-

térêt privé, que soulignait Marx pour la critiquer, n'était pas seulement le masque de la domination bourgeoise. La très relative indépendance qui existait entre le domaine politique et le domaine économique donnait à la citoyenneté une certaine effectivité, laquelle s'est traduite par une extension des droits civils, politiques, sociaux. L'Amérique latine, et notamment le Brésil, ont connu à la fin des années 80 et dans les deux décennies suivantes une sorte de printemps de la démocratie libérale, même si des nuages bien sombres cachaient parfois le soleil...Les conquêtes démocratiques et libérales, même partielles et fragiles, sont aujourd'hui menacées, c'est évident, par le nouveau cours du monde, et ceci se voit bien aux Etats-Unis qui ont pris, avec Trump au pouvoir, la tête de cette nouvelle forme politique anti-démocratique. Cette coexistence très précaire entre capitalisme et démocratie ne reposait en réalité que sur un niveau élevé de conflictualité sociale, donc sur une organisation solide de la classe ouvrière et des travailleurs en général. Cette coexistence est devenue progressivement impossible avec la remise en cause des compromis sociaux et des droits des salariés. Avec l'affaiblissement du salariat organisé (qui a évidemment des causes multiples, mais parmi celles-ci la globalisation financière et le management néolibéral ont joué des rôles très importants), on a assisté à une fragmentation sociale générale, à des phénomènes de « désaffiliation » et de désespérance. Et comme la gauche n'a pas remis en cause le néolibéralisme, mais a pactisé avec lui ou l'a même conforté et renforcé, une grande partie de la population a cherché dans le nationalisme, la xénophobie et l'autoritarisme une sorte de solution miraculeuse. Il faut le dire très clairement: une grande partie de la gauche globale est responsable de ce qui est en train d'arriver partout dans le monde. L'extrême droite a su capter à son profit les effets plus ou moins rapides de la crise de 2008 en Europe, aux Etats-Unis et maintenant au Brésil. Mais ces victoires de l'extrême droite, et cela a été clair avec Trump, ne remettent pas en cause le néolibéralisme, mais le radicalisent sous une nouvelle forme qui mélange un État fort anti-démocratique et la plus grande liberté laissée au capital, notamment financier. Ce n'est pas le fascisme historique tel qu'on l'a connu en Europe au début du XXe siècle, c'est une forme historique inédite, ce qu'avec Pierre Dardot nous appelons

« nouveau néolibéralisme », pour signifier que nous entrons dans une nouvelle phase de ce phénomène historique considérable qu'est justement le néolibéralisme dans pratiquement toutes les sociétés depuis au moins un demi-siècle.

ES: Les mouvements sociaux les plus récents (Brésil, 2013 et France, 2018/2019) qui ne sont pas issus des organisations syndicales (ni de l'ensemble des travailleurs salariés non plus) sont un signe de l'affaiblissement de la raison néolibérale au sein de la société ou, au contraire, de sa mise en place intégrale ?

CL: Contrairement à une idée souvent exprimée, le néolibéralisme n'est pas seulement une idéologie que des "faits" pourraient démentir, il constitue un véritable système de pouvoir oligarchique capable de résister aux contestations et aux crises, notamment en les utilisant pour se renforcer. C'est la leçon que l'on peut tirer de toutes les crises qui depuis les années 80 ont jalonné l'histoire. Mais ce qu'il y a de nouveau, c'est la manière dont des "hommes neufs", qui sont en fait des hommes anciens mais très rapidement rénovés grâce aux procédés du *branding*, parviennent à récupérer à leur profit l'énergie critique collective des masses.

Il y a là tout un art du mouvement qui du côté néolibéral vise à utiliser les crises, à s'appuyer sur elles, pour aller toujours plus loin. On a vu à de multiples reprises comment les gouvernements utilisent cyniquement les crises économiques et sociales à son profit. C'est ce que nous avons appelé dans *Le cauchemar qui n'en finit pas*, la "gouvernementalité par les crises". Ce qui aurait dû et aurait pu affaiblir la rationalité néolibérale a été au contraire un moyen de le renforcer, tandis que de l'autre côté, la force critique qui s'est exprimée dans l'altermondialisme, puis dans le mouvement mondial des "places publiques" n'a pas été assez puissante et radicale pour balayer le néolibéralisme. On paie aujourd'hui très cher cette faiblesse de l'opposition. Il faut là encore le souligner, la gauche mondiale est compromise et discréditée auprès des victimes du néolibéralisme. Aujourd'hui, la récupération néolibérale est plus difficile, mais elle existe précisément sous la forme du projet d'extrême droite qui consiste à détourner la colère sociale, le ressentiment et la frustration, vers des ennemis intérieurs dont la liste

est a priori infinie (gauche, médias, pauvres, noirs, femmes, homosexuels, etc) tout en menant au pas accéléré la transformation néolibérale de la société, ce qui ne pourra qu'accentuer la crise sociale, les inégalités, la fragilisation des liens sociaux.

Prenons un instant l'exemple des Gilets jaunes en France. La révolte des Gilets jaunes a bousculé le pouvoir comme aucun mouvement social depuis 2003, comme aucune mobilisation syndicale n'avait réussi à faire depuis très longtemps, hormis peut-être le mouvement des jeunes de 2006 sur le contrat première embauche (CPE). Mais cette révolte populaire peut aller dans des directions différentes, même si son contenu est réellement progressiste: les Gilets jaunes demandent justice sociale et justice climatique. C'est donc une grande révolte contre les conséquences du néolibéralisme sur ces deux plans. Pourtant, la gauche politique est tellement discréditée, et le système de démocratie représentative tellement effondré de l'intérieur par son impuissance devant les logiques destructrices du capitalisme financier, que la colère sociale ne profite pas électoralement à la gauche, mais plutôt semble-t-il à l'extrême droite. C'est d'ailleurs ce que recherche Macron et son gouvernement, puisque cela lui donne une chance d'être réélu en se présentant comme le dernier rempart devant le "fascisme qui monte".

Pour répondre à votre question, on peut dire que partout le néolibéralisme est mis en accusation par ses effets, mais que presque partout aussi il parvient à se prolonger et même à se radicaliser faute d'un autre débouché politique que celui offert par les démagogues d'extrême droite qui ont inventé un nouveau néolibéralisme hybride, ouvertement anti-démocratique. La radicalisation néolibérale et la voie anti-démocratique entrent en cohérence. Pour imposer des réformes anti-populaires, il faut se donner les moyens d'écraser la contestation sociale et l'opposition politique ! De sorte que la fraction des masses qui a pu contribuer à élire ce type de gouvernement a voté en réalité pour son pire ennemi. Mais si cette fraction a voté pour son pire ennemi, c'est aussi que cette fraction est atomisée, dispersée, soumise à une anomie du fait de la trop grande faiblesse des organisations syndicales et sociales.

ES: Quelles stratégies ou alternatives pensez-vous être intéressantes pour examiner ces changements et renforcer la position des travailleurs et des organisations syndicales ?

CL: La question est vaste, tant la crise des organisations syndicales est profonde du fait du changement du capitalisme lui-même et de ses modes d'organisation productive. Il est difficile de parler abstrairement. Pour ma part, je milite dans la plus grande fédération syndicale des enseignants en France, la Fédération syndicale unitaire (FSU). J'ai participé en son sein à la création d'un Institut de recherche syndicale et pendant plus de vingt ans, j'ai analysé les mutations du travail enseignant et de l'organisation scolaire et universitaire pour armer intellectuellement les syndicalistes d'outils de compréhension du néolibéralisme scolaire et universitaire. Donc un travail d'analyse et de rénovation conceptuelle s'impose, car le travail a changé, et les individus aussi. Ce travail en profondeur est difficile car les dogmes, les vieux slogans, les routines sont une dimension des organisations syndicales, surtout quand elles se sentent menacées et affaiblies, un peu, si vous me permettez la métaphore, comme des vieillards affaiblis qui ont peur de tout et surtout du changement. En dépit de ses résistances, je me suis intéressé avec des camarades de la FSU à la transformation du syndicalisme. Il faudrait d'abord, en priorité, développer un véritable syndicalisme transnational, dans la foulée de l'altermondialisme. Tout enfermement national est suicidaire. La force du capital repose sur sa mobilité transnationale. La force du travail, sur l'unité mondiale des travailleurs. Si l'on veut rééquilibrer le rapport de force entre capital et travail, et si l'on veut éviter le développement du chauvinisme nationaliste, il faut innover rapidement en ce domaine.

Ensuite, je développe en ce moment le concept de "syndicalisme intégral", reprenant à mon compte un terme utilisé à la fin du XIXe siècle par les socialistes français (qui parlaient de "socialisme intégral"). Pour le dire rapidement, il s'agit d'une stratégie qui consiste à systématiser les alliances avec tous les mouvements de transformation sociale, notamment les féministes, les mouvements de soutien aux migrants, les écologistes, les altermondialistes, etc tout en intégrant dans le corpus syndical toutes les dimensions de cette transformation sociale, non pas de manière extérieure et ar-

tificielle mais de l'intérieur et ceci, parce que ces dimensions que l'on dit sociales, économiques, écologiques, ou culturelles, font en réalité partie du travail, sont des éléments ou des dimensions du rapport social. L'objectif du syndicat, il faut le rappeler, doit être à double niveau: il s'agit bien de permettre aux travailleurs de s'organiser ici et maintenant afin de résister à l'emprise du capital, mais il s'agit aussi, par cette auto-organisation syndicale, et dès le début, et au sein de cette auto-organisation collective elle-même, de viser *l'émancipation intégrale* des travailleurs par le développement de rapports collectifs égalitaires et non hiérarchiques (ce qui implique un changement des pratiques et une lutte sans merci contre la bureaucratisation syndicale). En somme, il s'agit de donner tout son sens humain et toute sa portée civilisationnelle à cette auto-organisation syndicale, et ceci à une époque où l'adversaire incite à l'auto-valorisation de soi comme capital.